

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Os transportes públicos ed Aveiro foram concessionados pela autarquia local à ETAC do Grupo Transdev no início do ano. Desde então os abusos laborais têm sido contínuos.

Os trabalhadores da empresa são obrigados a jornadas de trabalho de 14 ou mesmo 15 horas. Como facilmente se percebe, esta situação é não só abusiva e de exploração do ponto de vista laboral e de salário mas representa também um risco acrescido para o serviço de transportes públicos. Estes trabalhadores são sujeitos a uma carga de cansaço e fadiga bastante superior ao normal o que acarreta riscos para a sua atividade Esta situação regista-se apenas para que o lucro da empresa possa ser maior, através da redução das condições de segurança da sua atividade, dos motoristas e passageiros.

Face a esta situação, a empresa anunciou estar a testar um sistema de prevenção de sono e fadiga dos condutores em Aveiro. O facto de Aveiro ser cobaia deste teste não surpreende já que é neste concelho que os condutores estão mais sujeitos a jornadas de trabalho desmesuradas aumentando assim o risco de acidente.

Para o efeito deste sistema de vigilância os motoristas são filmados por câmaras de videovigilância e usam pulseiras de monitorização. O Grupo Parlamentar tem sérias preocupações com as jornadas laborais e a exploração laboral na empresa que agravam os riscos. Está igualmente preocupado com o facto deste sistema poder violar a privacidade de motoristas e mesmo de passageiros.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as seguintes perguntas:*

1. O Governo tem conhecimento desta situação?
2. As câmaras de videovigilância aos trabalhadores estão devidamente licenciadas e legais?  
Têm o parecer favorável da Comissão Nacional de Proteção de Dados e de outras

entidades?

3. A Autoridade para as Condições do Trabalho já fiscalizou este sistema de vídeo e monitorização? Quais as conclusões?
4. Que medidas vai o Governo tomar para garantir a legalidade na AveiroBus em relação a este sistema de videovigilância e monitorização?

Palácio de São Bento, 22 de dezembro de 2017

Deputado(a)s

MOISÉS FERREIRA(BE)